

SUMÁRIO

SOBRE OS COORDENADORES	5
PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO.....	9

A IDENTIDADE DO REGISTRO CIVIL COMO CONCRETIZAÇÃO DA AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA

1. A INVISIBILIDADE DOS POVOS CIGANOS – UMA FRONTEIRA A SER ATRAVESSADA POR MEIO DA ATUAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS.....	23
FRANK WENDEL CHOSSANI	
Introdução.....	23
1. Breve panorama sobre os povos ciganos no ordenamento jurídico pátrio.....	24
2. A invisibilidade decorrente da falta do registro civil – Uma fronteira a ser atravessada	26
Conclusão.....	32
Referências bibliográficas.....	33
2. UMA ANÁLISE DO DIREITO SUBJETIVO À ALTERAÇÃO DE NOME E GÊNERO E DE SUA PUBLICIDADE NAS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL.....	35
MARAISA BERALDO SANCHES e DEBORAH DE LIMA POSSAR	
Introdução.....	35
1. Alteração de Prenome e/ou Gênero: um direito subjetivo fundamentado no princípio dignidade da pessoa humana	36
2. Histórico da alteração de gênero das pessoas transgêneros	37
3. A Via Administrativa	38
3.1. Do Procedimento via Central Nacional de Informações do Registro Civil e a Dupla Qualificação Registrária	38
3.2. Dos Emolumentos.....	40
4. A Efetividade da Via Administrativa e a Necessidade de Adequação das In- formações constantes das Certidões do Registro Civil.....	40
Conclusão.....	43
Referências Bibliográficas	43

3. O REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS COMO MECANISMO DE PUBLICIDADE E DE CONCRETIZAÇÃO DA AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA	45
SANDRA MARIA BARCELOS	
Introdução.....	45
1. A publicidade como aspecto essencial do registro civil de pessoas naturais ...	46
1.1. O Papel do Registro Civil de Pessoas Naturais	46
1.2. Acessibilidade e transparência do Registro Civil de Pessoas Naturais ...	47
2. Princípio da autodeterminação informativa e sua concretização no âmbito do registro civil.....	49
2.1. Princípio da Autodeterminação Informativa e sua Relevância	49
2.2. O Registro Civil de Pessoas Naturais como Meio de Concretização da Autodeterminação Informativa	50
3. Publicidade e privacidade no registro civil de pessoas naturais: desafios e riscos	51
3.1. Privacidade na Pós-Modernidade e seus Desafios para os Registradores Civis	51
3.2. Proteção à Autodeterminação Informativa no Registro Civil de Pessoas Naturais: um procedimento em construção	53
Considerações finais	54
Referências bibliográficas.....	54
4. O REGISTRO CIVIL E OS APÁTRIDAS – A NECESSIDADE DE REGISTRO PARA O EFETIVO ACOLHIMENTO DAQUELES QUE NÃO EXISTIAM OFICIALMENTE	57
NATALIA GENTIL IUCIF ILARIO	
Introdução.....	57
1. Nacionalidade – conceito e espécies	58
2. O Registro Civil das Pessoas Naturais – conceito, atribuições e importância.	61
3. A nova Lei de Migração e a lacuna quanto à inscrição do termo de naturalização no registro civil.....	62
Conclusão.....	65
Referências bibliográficas.....	65
5. DA MUTABILIDADE DO NOME EM VIRTUDE DAS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 14.382/2022	67
MAIARA SANCHES MACHADO ROCHA e ADRIANO MACHADO ROCHA FILHO	
Introdução.....	67
1. Do nome como direito da personalidade no ordenamento pátrio.....	68
1.1. O Nome como Direito da Personalidade	69
2. Das alterações trazidas pela Lei nº 14.382/2022	72
Considerações finais	74
Referências bibliográficas.....	75

6. O GÊNERO “NÃO BINÁRIO” E A REPERCUSSÃO NOS REGISTROS PÚBLICOS BRASILEIROS: INCLUSÃO EM RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS	77
ESTELA LUISA CARMONA TEIXEIRA, IZAIAS GOMES FERRO JÚNIOR e PATRÍCIA LICHES CUNHA SILVA DE ALMEIDA	
Introdução.....	77
1. Sexo, gênero e identidade de gênero	78
2. Primeiro passo do sistema brasileiro para o reconhecimento de outros gêneros: transgêneros	79
3. Gênero não binário no Brasil	81
4. Gênero não binário frente ao sistema registral do Brasil.....	83
Conclusão.....	84
Referências bibliográficas.....	85
7. O DIREITO DE ESCOLHA DO PRENOME PRÓPRIO PELO MENOR DE IDADE	87
LAURA MARIA NICOLETTI ARIANO MANFRÉ e MARAISA BERALDO SANCHES	
Introdução.....	87
1. A situação do menor.....	89
2. Da necessária legitimidade do menor para requerer a autorização da mudança de seu nome na via administrativa.....	93
Conclusão.....	94
Referências bibliográficas.....	95
8. CARTOGRAFANDO O “EU”: A IDENTIDADE DO REGISTRO CIVIL COMO EXPRESSÃO DA AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA	97
GABRIEL CEMIN PETRY e KARIN REGINA RICK ROSA	
Introdução.....	97
1. Do isolamento ao controle: a autodeterminação informativa como poder ativo do cidadão sobre seus dados pessoais	99
2. A identidade do registro civil como elemento concretizador do direito à autodeterminação informativa	102
Considerações finais	104
Referências bibliográficas.....	105
9. A INCLUSÃO DO TRANSGÊNERO POR MEIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS MEDIANTE ALTERAÇÃO DE NOME E GÊNERO: NOVAS FRONTEIRAS	109
VERUSCA ROSINA MIGOTO NUNES	
Introdução.....	109
1. O princípio da dignidade da pessoa humana e sua aplicação na atividade do registro civil das pessoas naturais	110
1.1. Transexualidade	110
1.2. Direito ao nome e a mitigação do princípio da imutabilidade do nome civil.....	111
1.3. Alterações do prenome e gênero nos assentos do registro civil das pessoas naturais	112

Considerações finais	115
Referências bibliográficas.....	115
10. POVOS ORIGINÁRIOS E O RCPN: REGISTRO, IDENTIFICAÇÃO E DADOS ESTATÍSTICOS	117
VERUSCA ROSINA MIGOTO NUNES	
Introdução.....	117
1. Aspectos gerais e registrais	118
1.1. Registro e atribuição do nome ao indígena.....	119
1.2. Dados estatísticos	121
Considerações finais	122
Referências bibliográficas.....	122
11. A PARTICIPAÇÃO DOS CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL E DE REGISTRO DE IMÓVEIS COMO MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOA TRANSGÊNERO DIANTE DA PROTEÇÃO DE DADOS	123
RAFAEL TALAMONI	
Introdução.....	123
1. O Cartório de Registro Civil como mecanismo de consolidação da proteção social de pessoa transgênero em decorrência de mudança de nome	124
1.1. A hermenêutica jurídica do Pacto de São José da Costa Rica e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça em prol do transgênero	125
1.2. A possibilidade de alteração de nome por pessoa transgênero nos cartórios de registro civil como mecanismo de efetivação do estado democrático de direito	126
2. O papel do registro de imóveis na proteção da dignidade da pessoa humana e dos dados sensíveis de proprietários tabulares transgêneros	127
2.1. A medida administrativa para garantir a proteção de dados sensíveis e a dignidade da pessoa humana de pessoa transgênero	128
Conclusão.....	129
Referências bibliográficas.....	129
12. A GRATUIDADE DO PROCESSO DE RETIFICAÇÃO DO PRENOME E DO SEXO DE PESSOA TRANSGÊNERO	131
MESSIAS NAVARRO DE SOUSA	
Introdução.....	131
1. O reconhecimento gradual da condição da transgeneridade	131
2. O conceito de transgeneridade ou disforia de gênero.....	132
3. ADI 4.275 e processo de retificação perante o RCPN	135
4. Gratuidade do processo de retificação extrajudicial.....	137
Conclusão.....	138
Referências bibliográficas.....	139
13. O NOME INDÍGENA COMO ELEMENTO IMPORTANTE DO RESGATE E DA PRESERVAÇÃO CULTURAL DA POPULAÇÃO TRADICIONAL.....	141
CAMILLA BARBOSA MONTEIRO LAGES RABELLO	
Introdução.....	141

1.	Línguas indígenas, diversidade cultural e o nome	142
2.	Evolução histórica do regramento normativo aplicado aos indígenas quanto ao nome	143
3.	O nome como elemento de identificação social e a possibilidade de alteração extrajudicial do registro civil de nascimento das pessoas indígenas.....	145
4.	Pesquisa empírica e coleta de dados	148
	Conclusão.....	149
	Referências bibliográficas.....	150
	APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados (Questionário)	151
	APÊNDICE B – Termo de Informação e Consentimento de Coleta de Dados (Modelo).....	151
14.	O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E A EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS DE IDENTIDADE DIGITAIS	153
	LUIZ GUILHERME DE ANDRADE VIEIRA LOUREIRO	
	Introdução.....	153
1.	Aspectos gerais da identidade humana	154
1.1.	Conceito de identidade.....	154
1.2.	As características da identidade.....	154
1.3.	Função ou relevância da identidade	155
2.	O registro civil das pessoas naturais: dados identitários e autodeterminação informativa.....	156
2.1.	O novo marco legal do registro civil e a importância da identidade jurídica para a plena participação na sociedade.....	156
2.2.	O papel do RCPN na implementação de um dispositivo de identidade digital.....	157
2.3.	A estratégia Nacional das Nações Unidas para uma identidade jurídica para todos.....	158
2.4.	Documento eletrônico de identidade: concretização da autodeterminação informativa.....	159
	Conclusão.....	160
	Referências bibliográficas.....	161
15.	REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E AS PESSOAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA – UMA ANÁLISE À AMPLIAÇÃO DA SEMANA NACIONAL DO REGISTRE-SE.....	163
	MARAISA BERALDO SANCHES e DEBORAH DE LIMA POSSAR	
1.	Direitos Humanos v. Direitos Fundamentais	163
2.	Registro Civil das Pessoas Naturais: promoção da dignidade da pessoa humana e da cidadania.....	166
3.	Pessoas em Estado de Vulnerabilidade Socioeconômica como Sujeitos de Direitos	167
3.1.	Semana Nacional do Registre-se.....	168
3.2.	Ampliando o Registre-se	169
3.2.1.	Averiguação oficiosa de paternidade	169
3.2.2.	Registro tardio de nascimento	169

3.2.3. Retificações administrativas	170
3.2.4. Expansão dos postos de atendimento	170
3.2.5. Habilitação e Registro de Casamento ou Conversão de União Estável em Casamento	170
3.2.6. Criação de convênios entre Cartórios de Registro Civil e órgãos expedidores de documentos de identidade	170
Conclusão.....	171
Referências bibliográficas.....	171
16. DA INEXISTÊNCIA DE FRONTEIRAS PARA O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS: INCLUSÃO, AVANÇOS, PERSPECTIVAS E REFLEXÕES ACERCA DO REGISTRO DE NOSSAS VIDAS.....	173
LARISSA GABRIELLE BRAGA E SILVA	
Introdução.....	173
1. O Registro Civil das Pessoas Naturais: evolução histórica	174
2. Perspectivas para o Registro Civil das Pessoas Naturais: berço da cidadania, efetivação de direitos e inclusão	175
2.1. Mediação e conciliação nos cartórios.....	175
2.2. Reconhecimento da filiação socioafetiva.....	176
2.3. Alteração do Registro Civil dos Transgêneros.....	177
2.4. Alteração do prenome.....	177
2.5. União Estável no Registro Civil.....	177
2.6. Casamento e união estável homoafetiva	178
2.7. Apostilamento	178
3. O RCPN do futuro: algumas reflexões	178
Conclusão.....	179
Referências bibliográficas.....	180
17. A ALTERAÇÃO DE PRENOME DIRETAMENTE NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DA AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+	183
FABIANE QUEIROZ MATHIEL DOTTORE e MAYRA ZAGO DE GOUVEIA MAIA LEIME	
Introdução.....	183
1. Direito à identidade como fator de integração social e política na sociedade.	184
2. Alteração de prenome e sexo do transgênero diretamente no Registro Civil das Pessoas Naturais	185
3. A alteração imotivada de prenome como fator de inclusão social da comunidade LGBTQIAPN+.....	189
Conclusão.....	191
Referências bibliográficas.....	193
18. A IDENTIDADE DO REGISTRO CIVIL COMO CONCRETIZAÇÃO DA AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA: A IMPOSIÇÃO DA DETERMINAÇÃO E A AUTODETERMINAÇÃO CONQUISTADA	195
ALBERTO LUIS DELBON DA SILVA	
Introdução.....	195

1.	Registro Civil das Pessoas Naturais, função social e atribuições	196
2.	Determinação e autodeterminação	197
3.	Fatores legais para autodeterminação informativa	198
	Conclusão.....	200
	Referências bibliográficas.....	200
19.	A IDENTIDADE DO REGISTRO CIVIL COMO CONCRETIZAÇÃO DA AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA	203
	ELIZABETH MARIA DE MOURA	
	Introdução.....	203
1.	Identidade do Registro Civil das Pessoas Naturais.....	203
2.	Autodeterminação informativa	205
3.	Concretização da Autodeterminação Informativa no RCPN.....	210
	Conclusão.....	211
	Referências bibliográficas.....	211
20.	AUTONOMIA DA VONTADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM RELACÃO À EXPRESSÃO DE GÊNERO À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO ..	213
	GIULIAN DA SILVA LONGA	
	Introdução.....	213
1.	Autonomia da vontade e identidade de gênero	214
	Conclusão.....	218
	Referências bibliográficas.....	219
21.	PARENTESCO E ESPÉCIES DE FILIAÇÃO: CRITÉRIO BIOLÓGICO OU AFETIVO?	223
	FERNANDO KEUTENEDJIAN MADY	
	Introdução.....	223
1.	Da Família	224
2.	Conceito de parentesco e o vínculo de filiação	225
3.	Filiação e suas espécies	226
4.	Da Adoção	229
5.	Do nascimento decorrente da reprodução assistida	230
6.	Da socioafetividade	233
	Conclusão.....	235
	Referências Bibliográficas	235
22.	DESAFIOS DA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO DE IDENTIDADE DE GÊNERO NO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DUAL	237
	MAÍSA DEL VALLE DA SILVA e JOÃO PAULO MARTINS MAGALHÃES	
	Introdução.....	237
1.	O Direito de Identidade de Gênero, como concretização da cláusula geral de proteção à pessoa, exercido extrajudicialmente	238
2.	Da ausência de limitação à transgeneridade binária nos fundamentos da decisão do Supremo Tribunal Federal	241
	Considerações Finais	244
	Referências Bibliográficas	245

A INCLUSÃO POR MEIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS: NOVAS FRONTEIRAS

23. EXTINÇÃO DE SERVENTIAS DEFICITÁRIAS E O CIDADÃO NÃO DIGITAL: O PRINCIPAL FATOR ESQUECIDO PELAS LEIS DE REESTRUTURAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA PARAÍBA E DE PERNAMBUCO	249
MÁRCIO FLÁVIO LINS DE ALBUQUERQUE E SOUTO e RAINNER AMARAL ROLIM CARNEIRO MARQUES LIMA	
Introdução.....	249
1. Reestruturação extrajudicial – o fim do cartório analógico e deficitário na Paraíba e em Pernambuco	250
2. O cidadão não digital	252
3. As variáveis do acesso à cidadania na Legislação Federal.....	253
4. Atividade Privada de caráter público. O dever do poder delegante para com o acesso aos serviços.....	255
5. A necessidade de um olhar humanizado sobre o RCPN	257
Conclusão.....	257
Referências Bibliográficas	258
24. ENTREGA VOLUNTÁRIA DE CRIANÇAS E O REGISTRO DE NASCIMENTO: A DICOTOMIA ENTRE O DIREITO AO SIGILO DA MULHER E O CONHECIMENTO DA ORIGEM BIOLÓGICA DA CRIANÇA.....	261
LETÍCIA ARAÚJO FARIA e TATIANE KEUNECKE BROCHADO LARA	
Introdução.....	261
1. Formação histórico-normativa da entrega voluntária	262
2. Procedimento de acolhimento, sigilo e proteção à gestante ou parturiente e à criança.....	265
3. Registro de nascimento: direito ao sigilo à gestante ou direito irrestrito da criança ao conhecimento da origem biológica?	267
Conclusão.....	269
Referências Bibliográficas	270
25. A INCLUSÃO POR MEIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS: NOVAS FRONTEIRAS PROPOSTAS PARA TORNAR O PROVIMENTO 73/2018 DO CNJ ACESSÍVEL AOS TRANSGÊNEROS.....	271
ROSSANA DILLENBURG MÜLLER	
Introdução.....	271
1. Os transgêneros e o impasse de pertencer à sociedade.....	271
2. O papel inclusivo proporcionado pelo Provimento 73/2018 do CNJ	273
3. O avanço das alterações de prenome e gênero nas serventias extrajudiciais... ..	274
4. Propostas para que a inclusão promovida pela adequação da identidade de gênero prevista no provimento atinja quem mais dela necessita.....	276
Conclusão.....	277
Referências Bibliográficas	277

26. APOSENTADORIA DE PESSOA TRANSEXUAL OU NÃO BINÁRIA: NOVOS DESAFIOS PARA O REGISTRO CIVIL	279
FERNANDA MARIA ALVES GOMES	
Introdução.....	279
1. Alteração do gênero no registro civil.....	280
2. Novo desafio: regras de aposentadoria para pessoa trans e não binária	284
Conclusão.....	287
Referências bibliográficas.....	288
27. MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NOS REGISTROS CIVIS DE PESSOAS NATURAIS COMO EXERCÍCIO DA CIDADANIA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	291
ALINE DAL MOLIN	
Introdução.....	291
1. A mediação e conciliação realizadas nos Registros Cíveis de Pessoas Naturais	292
2. O acesso à justiça como meio de efetivação dos direitos da personalidade e do exercício da cidadania.....	294
3. A interiorização da justiça realizada pelos registros cíveis de pessoas naturais	296
Conclusão.....	298
Referências Bibliográficas	299
28. A MUDANÇA DE NOME E GÊNERO NO REGISTRO CIVIL BRASILEIRO DE PESSOAS NATURAIS: CINCO ANOS DE AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA DE GÊNERO NOS CARTÓRIOS.....	303
PEDRO ROCHA PASSOS FILHO e RICARDO SANTIAGO TEIXEIRA	
Introdução.....	303
1. A identidade de gênero e os direitos humanos	304
2. Os direitos dos transgêneros.....	307
2.1. Os transgêneros, a jurisprudência e o Registro Civil de Pessoas Naturais	308
Conclusão.....	311
Referências Bibliográficas	312

**POVOS ORIGINÁRIOS E O RCPN: REGISTRO,
IDENTIFICAÇÃO E DADOS ESTATÍSTICOS**

29. AUTODECLARAÇÃO COMO PESSOA INDÍGENA E HETEROIDENTIFICAÇÃO.....	317
FERNANDA MARIA ALVES GOMES	
Introdução.....	317
1. Definição legal de pessoa indígena	318
2. Registro civil do indígena	319
3. Autodeclaração e Heteroidentificação	320
3.1. Resolução nº 287/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	320
3.2. Resolução nº 04/2021 da FUNAI e revogação pelo Supremo Tribunal Federal – STF	321
3.3. Alteração do prenome e inclusão de sobrenome de antepassados.....	323

Conclusão.....	324
Referências Bibliográficas	325
30. POVOS ORIGINÁRIOS E O REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS: REGISTRO, IDENTIFICAÇÃO E DADOS ESTATÍSTICOS	327
ANA CECÍLIA GONÇALVES BRANT MEIRA	
Introdução.....	327
1. Etnicidade e Identidade Social	327
1.1. Dignidade da pessoa humana e o direito da personalidade.....	328
2. Registro civil e o direito ao nome	328
3. Identificação dos povos indígenas	332
4. Dados estatísticos	334
Conclusão.....	335
Referências Bibliográficas	335